

Millenium educação, ciência e tecnologia

EDUCAÇÃO ESPECIAL: ASPECTOS HISTÓRICOS E EVOLUÇÃO CONCEPTUAL

SOFIA MARGARIDA GUEDES DE CAMPOS *
ROSA MARIA LOPES MARTINS**

Durante longos milénios, a educação – que como processo de interação social e socialização, sempre existiu – realizou-se quase sempre fora da escola. A família, a tribo ou o clã, as igrejas, a profissão e o meio social em geral assumiram a função de educar os jovens para a vida social.

(Sousa Fernandes, 1991)

1 – INTRODUÇÃO

No decorrer da existência humana, a perspectiva social em relação aos portadores de deficiências, nem sempre foi a mesma, sofrendo alterações paralelamente à evolução das necessidades do ser humano e à própria organização das sociedades.

Segundo Jimenez (1997), a evolução conceptual da deficiência, pode dividir-se em três épocas: a primeira considerada pré-histórica e que engloba as sociedades primitivas e se prolonga até à Idade Média; a segunda, em que emerge a ideia de que os deficientes são pessoas a quem é preciso prestar assistência; e finalmente a terceira,

* Psicóloga do Colégio da Imaculada Conceição – Viseu e Professora da Escola Superior de Saúde e da Escola Superior de Educação do Instituto Superior Politécnico de Viseu.

** Professora da Escola Superior de Saúde do Instituto Superior Politécnico de Viseu

corresponde a época actual, onde o conceito de Deficiência se desenvolve perspectivado em função de uma sociedade, que ideologicamente se afirma como sendo inclusiva.

Nesta óptica, é importante salientar uma evolução conceptual de deficiência, entendida como uma construção subjectiva ao invés de uma realidade objectiva, decorrendo do facto, dos indivíduos se inserirem em contextos e sistemas ideo-políticos em que determinadas realidades podem ser consideradas ou não como desvios.

Na opinião de Fernandes (2002, p.33):

(...) os conceitos de norma e normalidade, são socialmente estabelecidos pela maioria representada pelo conjunto de indivíduos(...)

é esta maioria que estabelece as normas, entendidas estas como aquilo que se observa com mais frequência e com as quais cada qual será contrastado, derivando daí que os indivíduos resultem classificados e etiquetados como normais ou anormais.

Desta visão resulta o que se considera “deficiência”correspondendo esta a uma diferença que é intuída como negativa. Nesta perspectiva compreendemos a segregação a que foram sujeitos os indivíduos portadores de deficiência, (nomeadamente na dimensão ensino), uma vez que decorre duma óptica de valoração negativa que é atribuída pelos contextos sociais, educativos, e políticos aos quais se circunscrevem.

2 - DA EXCLUSÃO À PERSPECTIVA ASSISTENCIAL

Num olhar retrospectivo podemos verificar que nas sociedades primitivas, o indivíduo portador de deficiência era “olhado” com superstição e malignidade. O pensamento social era caracterizado como mágico-religioso e concebia a diferença como uma ameaça.

De facto e como refere Correia (1999), ao longo da História vamos encontrando posições políticas de exclusão social, por vezes extremas. Por exemplo na Antiga Grécia, as crianças portadoras de deficiências físicas eram colocadas nas montanhas, ou condenadas à morte, suprimindo-as deste modo a sociedade, não admitindo a sua existência. Para Fernandes (2002), são factores de natureza pragmática e religiosa que estão na base deste extermínio.

Já no início da Idade Média, os indivíduos física e mentalmente diferentes, passam a relacionar-se com causas sobrenaturais, (tidas como criações do “diabo”) e a

associar-se a práticas de bruxaria e feitiçaria com as consequentes perseguições, julgamentos e execuções.

Ainda ao longo desta época, com a evolução social e com a influência determinante da Igreja e das religiões monoteístas, a concepção muda, passando segundo Lowenfeld, (1977), a existir uma atitude orientada para o proteccionismo destes indivíduos (Fernandes, 2000). Na verdade a percepção dominante é que se podiam obter graças de Deus tratando bem os deficientes.

Deste modo os deficientes eram institucionalizados, vestidos e bem alimentados mas para além disto nada mais era feito. Foi então nesta fase da História que se fundaram, asilos e hospitais, onde se colocavam os deficientes, numa atitude marcadamente proteccionista face à sociedade, mas claramente com o intuito de evitar que esta última se confrontasse com a diferença.

A análise deste problema mostra que a Igreja vai desempenhando ao longo dos tempos, um papel determinante na visão que a sociedade apresentava relativamente à concepção de deficiência. De facto, no início do século XVI emerge um movimento reformista que veiculou uma nova concepção de deficiência. Martinho Lutero, por exemplo, considerava os deficientes como pessoas sem Deus e esta concepção vai dominar durante algum tempo a mentalidade, das pessoas cujos países tenham aderido a religiões protestantes.

A concepção de apoio nessa época, é essencialmente assistencial, não existindo a perspectiva de modificação das condições dos indivíduos e, nesse sentido as práticas não se diferenciavam das anteriores.

Posteriormente com o Renascimento, emergem diferentes estudos sobre o Homem com novas perspectivas ideológicas que vão reflectir-se nos conceitos de deficiência, bem como nas intervenções sobre ela. Aí passam a aparecer obras de carácter científico que se orientaram para o estudo da deficiência, das quais destacamos as dos médicos Paracelso (1495-1541), Pare (1510-1559) e Platter (1536-1614).

Transportando esta análise para o contexto português, verificamos um percurso histórico semelhante ao descrito uma vez que, no início do sec.XVII, a Rainha Santa Isabel deu grande importância às necessidades dos deficientes fazendo ordenar em lei a sua ocupação, através de um conjunto variado de actividades artesanais.

A perspectiva primária e meramente assistencial dá então lugar a uma concepção diferente de deficiência, como algo que socialmente podia ser rentabilizado, tornando-se produtiva. Passou-se desta forma para uma perspectiva de deficiente enquanto ser susceptível de treino e educação, no sentido de desenvolver actividades com carácter utilitário.

3 - DA PERSPECTIVA ASSISTENCIAL ÀS PREOCUPAÇÕES EDUCATIVAS DIFERENCIADORAS

Os relatos históricos apresentam o séc. XVIII como um período muito rico em ideias, com um desenvolvimento sócio-económico relevante (nomeadamente com a industrialização) e grandes avanços na ciência e na pedagogia. Paradoxalmente, é também nesta época que assistimos, numa fase inicial, a um retrocesso face à deficiência, recorrendo novamente ao encerramento dos sujeitos com deficiência em Instituições, prisões e orfanatos.

Contudo a Filosofia iluminista e toda a variedade e riqueza de desenvolvimento neste período, desde a Economia, à Ciência, passando pela Pedagogia, bem como o aparecimento de deficientes ilustres, vai possibilitar que entre os finais do séc.XVIII e princípios do séc. XIX, as condições tornem possível uma concepção de deficiência na qual se assume uma identidade de cidadania de pleno direito.

Locke (1632-1704) defende que ninguém nasce com ideias inatas, que o indivíduo aprende através dos sentidos, e que a metodologia experimental é que valida todos os processos.

Também Rousseau (1712-1778) desempenha um papel fundamental ao influenciar as concepções sociais do homem e ao difundir o ideal de “homem bom”. O Racionalismo e a ideia do bem e da perfeição, coexistem paradoxalmente neste período permitindo, como diz Fernandes (2002, p.38)

(...) a exaltação dos favorecidos pela razão, com menosprezo dos que dela eram destituídos, e a um mesmo tempo uma corrente pré-romântica, em torno da esperança do homem, como possuidor do dom ideal do bem e da perfeição.

É durante este século que começa a desenhar-se o que poderá vir a ser uma pedagogia especial com o aparecimento do primeiro alfabeto para ensinar a falar os deficientes auditivos e que mais tarde veio a servir para o ensino dos deficientes visuais.

A concepção de deficiência direcciona-se para uma perspectiva de intuitos educativos e é na Igreja Católica, que aparecem os primeiros serviços de educação de deficientes.

Mais tarde, a partir da Revolução Francesa, esta concepção de educação especial começa a generalizar-se à maior parte dos países europeus, entre eles Portugal e Espanha. Segundo Manjon e Vidal (1997), esta concepção mantém-se até à actualidade e é caracterizada por:

- Fazer a distinção entre as várias deficiências que até esta altura eram tratadas de forma igual.
- Possibilitar a educação de indivíduos com deficiência mental.
- Impulsionar o desenvolvimento na área da educação dos problemas sensoriais, surgindo as primeiras escolas para cegos e surdos.

No âmbito desta nova concepção, em que se abre a possibilidade de educação para o deficiente, há alguns autores cujo papel se tornou essencial. Enquanto Pinel (1745-1826) alerta para o possível tratamento dos deficientes mentais, Esquirol (1772-1840) estabelece a diferença entre idiotia e demência, adoptando o primeiro termo para a deficiência mental profunda e o segundo para a moderada. Itard (1774-1836), por sua vez, estuda uma criança selvagem (Victor de Aveyron) e defende a educabilidade de todos os seres humanos, contudo e como se sabe, se tenham frustrado muitas das suas expectativas. Seguin (1812-1880) foi igualmente um autor que aprofundou o estudo das possibilidades educativas da deficiência mental.

Esta ideia da educabilidade de todos os seres humanos, tem como consequência, na maioria dos países europeus, o reforço e generalização da ideia de que a educação é um direito de todos os cidadãos.

Tem início então uma nova etapa conceptual de educação especial, onde o deficiente passa a receber tratamento educativo especializado e onde se implementam formas de escolarização especializadas e institucionalizadas.

Segundo Fernandes (2002) (referindo Hallahan e Kauffman), o pensamento da pedagogia especial dessa época, que, ainda hoje, se mantém, é concretizado pelo recurso:

- À individualização do ensino: é a criança que determina as técnicas de ensino.
- A uma perspectiva desenvolvimentista da organização das tarefas: das mais simples às mais complexas.
- À estimulação sensorial com o objectivo de tornar a criança mais capaz de responder a estímulos.
- À organização do meio ambiente como condutor da criança para as aprendizagens.
- À utilização de técnicas de reforço como recompensa do comportamento desejado.
- À promoção da autonomia e independência da criança tornando-se o ensino também funcional.

A Filosofia subjacente a este pensamento parte da ideia de que todas as crianças devem ser educadas e que todas podem progredir para mais tarde serem integradas socialmente.

Nesta nova perspectiva e desde a primeira metade do século XX vão desenvolver-se, por toda a Europa, centros especializados no tratamento de diferentes tipos de deficiência, que se mantêm até aos dias de hoje e se caracterizam como a “Era das Instituições”. Contudo, para Toledo (1981), Majon e Vidal (1997) esta vertente Institucional surge, mas apresenta uma dupla faceta: por um lado a protecção do deficiente e por outro a protecção da Sociedade.

Com efeito, os centros especializados que aparecem nesta fase criam a necessidade de seleccionar quem os vai frequentar, e, neste sentido, são vários os autores que vão passar a dedicar-se ao estudo das capacidades humanas. Veja-se o exemplo de Binet e Simon, que, no início do nosso século, generalizaram os testes mentais com o intuito de tornarem homogéneas as turmas. Decorrente deste contributo, surge nesta altura um instrumento de diagnóstico que se tornou fundamental para a educação especial e que ainda hoje é utilizado com esse fim. A concepção veiculada é a de deficiência como algo de inato e imutável ao longo da vida. Esta perspectiva induz necessariamente à utilização dos diagnósticos precisos, bem como à caracterização dos sujeitos portadores de deficiência, originando por sua vez a necessidade de uma educação especializada centrada nas características previamente determinadas.

Esta perspectiva sobre a deficiência conduz indubitavelmente a uma modalidade de educação especial, separada da educação regular, e, conseqüentemente, a um sistema educativo diferenciador/segregador.

De acordo com Fernandes (2002, p.47), este discurso reflectiu um pensamento sócio-político e educativo que conduziu (...) à “classificação”, “categorização”, “etiquetamento” dos alunos e portanto a um sistema de educação incapaz de se acomodar às exigências educativas provocadas por estes sujeitos.

Todo este caminho leva a que se pense na figura do professor de educação especial, como alguém que tem como fim a reeducação dos alunos agrupados segundo categorias de deficiência.

As implicações desta perspectiva reflectem-se em novas concepções sobre as funções do professor. O professor do ensino regular sozinho já não é pois capaz de responder às necessidades de todos os seus alunos. Estas mudanças conduzem a uma diferenciação cada vez maior de papéis entre o professor do ensino regular e este “novo” professor, que surge com funções mais específicas no ensino especial.

É também neste início de século que a Psicologia se impõe como área científica e aparecem na área da Pedagogia nomes como Maria Montessori (1870-1952)

e Decroly (1871-1922), cujo interesse culmina na educação de crianças com atraso mental.

Na base de toda esta evolução está a concepção de que as crianças deficientes são educáveis, contudo começa a colocar-se em causa o modelo clínico que tem como base a segregação em Instituições especializadas e que durante os anos 60 começou a ser contestado. Nesta sequência estão criadas as condições para que novos modelos ideológicos apareçam e se imponham socialmente como alternativa ao que até aí se tinha feito. Neste sentido, e segundo Manjon e Vidal (1997), (citando Mikelsen (1969) na Dinamarca e Nirje (1969), divulga-se o princípio da *normalização* que tem como base, a utilização da escola regular pelos indivíduos com deficiência, sendo assim considerados capazes de aceder à educação, no mesmo contexto de todos os outros.

Este entusiasmo revelado no início do século XX, concomitantemente com o desenvolvimento de ciências como a Psicologia e a Pedagogia, acaba por esmorecer assistindo-se à continuação e prevalência na classificação baseada no modelo médico, havendo a nível europeu, um claro retrocesso.

As razões apontadas devem-se ao facto da Europa, nesta época, ter atravessado duas grandes guerras mundiais com consequências devastadoras, o que levou a que o atendimento de pessoas com deficiência fosse relegado para um plano secundário e deixasse de ser uma prioridade para os governos europeus.

Um outro facto que não podemos deixar de referir prende-se com o domínio do regime Nazi, quando decretou que os deficientes fossem pura e simplesmente exterminados em nome de um absurdo conceito de “purificação” de raça.

Assim, durante a segunda metade do século XX, concretamente nos anos 50-60, assiste-se a um aumento dos grandes internatos isolados, que ainda hoje existem em vários países europeus, nomeadamente em Portugal, como o Hospital Conde Ferreira no Porto o Hospital Júlio de Matos em Lisboa...

Estas Instituições, no entendimento de Vieira e Pereira (1996), procuravam prestar cuidados humanizados aos utentes mas com uma preocupação educativa. Nesta perspectiva, o pessoal técnico destas instituições, constituído maioritariamente por enfermeiros, foi sendo substituído por outros técnicos com uma formação mais vocacionada para a educação.

É ainda no início da segunda metade do século XX que surgem grandes modificações na área Educação Especial, em que os pais se organizam em grandes associações, surgindo legislação especial orientada no sentido de defender os interesses das pessoas com deficiência. A década de setenta caracteriza-se por uma viragem marcante em toda esta problemática.

4 - A TRANSIÇÃO DO SER EDUCÁVEL PARA O CIDADÃO DE DIREITOS

No decorrer da década de 70, surgiram nos Estados Unidos e no Reino Unido leis fundamentais e decisivas sobre a integração de crianças e jovens com deficiência. A partir desta década, a crise do modelo segregacionista despolotou a integração educativa dos alunos portadores de deficiência que Segundo Manjon e Vidal (1997), se caracteriza pelos seguintes factos determinantes:

- O aparecimento da educação especial nas escolas de ensino regular, em salas de apoio, onde os alunos seguiam *curricula* diferentes dos alunos do regular.
- Uma profunda mudança na concepção de deficiência e de educação especial. O conceito de Necessidades Educativas Especiais vai ser um ponto de referência para a escolarização dos alunos deficientes, desde o despiste das características diferentes até às necessidades educativas que têm num momento determinado, e que vão exigir uma resposta da escola.

Nesta altura, o impulso de valorização da escola integradora, essencialmente preconizada por autores nórdicos, mas que se estendeu por quase todos os países da Europa, teve como princípio a defesa de que a escolarização dos alunos deficientes é antes de mais um direito.

Na actualidade, podemos afirmar que os desafios à Educação são imensos. Os valores mudam e as concepções do saber e da cultura estão rápida e permanentemente em constante transformação. Na verdade, a escola não pode continuar estática, nem preparada para “massas”. Hoje, a população escolar deve ser entendida como heterogénea, onde cada indivíduo é diferente do outro, ou seja, todos os indivíduos têm “Necessidades Específicas de Educação”.

Nesta perspectiva, a concepção de alunos homogéneos é claramente posta em causa e subscrevemos Simões e Boavida (1999, p.14) quando afirmam que:

“a Escola é moderna, os alunos que a frequentam são pós-modernos, o que significa que mesmo que o educador não aceite vivencialmente o conjunto típico de valores da pós-modernidade não pode ignorar a mudança axiológica ocorrida em nossos dias e as influências externas a que os alunos estão sujeitos.”

De facto a Escola vive num contexto social em permanente mudança, motivos pelos quais tem que “aprender” a “crescer” e a construir-se nesse contexto, tornando dinâmicos todos os seus processos, que nunca estarão acabados. Os alunos com necessidades educativas especiais fazem também parte desse contexto e são mais um elemento a ter em conta pela Escola na sua construção.

Se esta visão conceptual se tornar realidade não necessitaremos de chamar à escola inclusiva nem teremos de “insistir” que a Escola é para todos.

O aluno pertence por direito próprio à Escola, e é alguém que faz parte da sua “narrativa” pois como afirmam Simões e Boavida (1999, p.16)

Para que a esperança pós-moderna (...) se não transforme, assim num novo anti-humanismo, é vital que os jovens se preparem para o imprevisto do futuro dentro de um espírito de responsabilização individual e colectiva de que não pode desertar a dimensão ética do “Ser com o Outro”.

Referências Bibliográficas

- CORREIA, LUÍS M. (1999). *Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares*, Porto: Porto Editora.
- FERNANDES, H. S. (2002). *Educação especial – Integração das crianças e Adaptação das Estruturas de Educação*. Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga.
- JIMÉNEZ, R. B. (1997). Educação Especial e Reforma Educativa, *In. R. Bautista (Coord.), Necessidades Educativas Especiais*, Lisboa: Coleção Saber Mais, Dinalivro.
- MANJÓN, D.G. VIDAL, J.G. (1997). *Educación Especial – Temario de oposiciones – Vol II*. Madrid: Editorial EOS.
- SIMÕES, M.D.F. E BOAVIDA J. (1999). “Náufragos” ou “astronautas”? Pós-Modernidade e Educação. *Revista Portuguesa de Pedagogia. Ano XXXIII. Nº 1*.
- TOLEDO, M. G. (1981). *La escuela ordinaria ante el niño con necesidades especiales*. Madrid: Ed. Santillana.
- VIEIRA, F.D. PEREIRA, M.C. (1996). *SE HOUVERA QUEM ME ENSINARA....* LISBOA: FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN.